

Gestão 2024-2026

Procurador-Geral de Justiça
Romão Avila Milhan Junior
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa
Camila Augusta Calarge Doreto
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Luiz Gustavo Camacho Terçariol
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2540/2024-PGJ, DE 22.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Érica Maylane Rigo Borges, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Camapuã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 3 a 12.6.2024, em razão de afastamento da servidora Estefani Almeida de Oliveira, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2547/2024-PGJ, DE 23.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristina Castilho Akatsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca em 29 e 30.4.2024 e 2 e 3.5.2024 e de 6 a 15.5.2024, em razão de afastamento do servidor Paulo Barbiero Dorigão, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2548/2024-PGJ, DE 23.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristina Castilho Akatsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca em 29 e 30.4.2024 e 2 e 3.5.2024 e de 6 a 15.5.2024, em razão de afastamento do servidor Paulo Barbiero Dorigão, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



ESCOLA SUPERIOR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO – ESMP-MS

Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00002915-8

Partes:

1 - Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (ESMP-MS), representada por seu Diretor-Geral, Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger;

2 – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por seu Presidente, Conselheiro Jerson Domingos

Objeto:

Promover a cooperação técnico-científica entre as instituições, de modo a consolidar linhas de pesquisa, publicações, eventos, cursos e treinamentos conjuntos de interesse mútuo.

Amparo legal: Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994; Resolução nº 15/2017-PGJ, de 5.7.2017.

Vigência atual: 4.5.2026

Data da assinatura: 4.5.2024

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00008089-2

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- THF ELEVADORES LTDA, representado por **Carlos Eduardo Tofano de Oliveira e Fernando Luis da Cunha**.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação nos termos do artigo 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021

Amparo legal: Artigo 124, inciso I, alínea “b”, e artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Acréscimo, no importe de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais, em decorrência da inclusão de mais 1 (um) serviço de manutenção preventiva e corretiva em elevador, com as devidas alterações nas Cláusulas Primeira, Terceira, Quarta e Sétima do Instrumento de Contrato.

Valor mensal: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Vigência: 23.05.2024 a 06.11.2024.

Data de assinatura: 23 de maio de 2024.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/PGJ/2022

Processo nº 09.2022.00006187-0

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- A S PINTO, representada por **Adriano Silva Pinto**.

Procedimento licitatório: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 124, inciso I, alínea “b” e artigo 125, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Acréscimo de valor, no importe de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), ao valor inicial contratado.

Valor total: R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais).

Vigência: 23.05.2024 até 20.09.2024.

Data de assinatura: 23 de maio de 2024.



EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 025/CONV-MPMS/2024 CELEBRADO ENTRE MPMS, UNIÃO, GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E O MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS

Processo nº 09.2024.00005070-3

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
- 2- **UNIÃO**, por intermédio do **Ministério das Mulheres**, representado pela Ministra de Estado das Mulheres, **Aparecida Gonçalves**;
- 3- **GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado pelo Governador **Eduardo Corrêa Riedel**;
- 4- **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado pelo Desembargador Presidente, **Sérgio Fernandes Martins**;
- 5- **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representada pelo Defensor Público Geral, **Pedro Paulo Gasparini**;
- 6- **MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS**, representada pela Prefeita **Adriane Barbosa Nogueira Lopes**;

Amparo legal: Lei nº 14.133 de 2021, do Decreto nº 11.531, de 2023, Decreto nº 11.431, de 2023, Lei nº 11.340 de 2006, e suas alterações.

Objeto: Execução de ações previstas no PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA, instituído pelo Decreto nº 11.431/2023, com vistas a continuidade da prestação dos serviços na Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 17.05.2024 a 17.05.2027.

Data da assinatura: 10 de abril de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ELEITORAL Nº 09.2024.00002536-0.

PORTARIA Nº 01/2024/PJE.

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio da Promotora Eleitoral *in fine* assinada, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE nº 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

Considerando as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os artigos 72 e seguintes, da LC nº 75/93;

Considerando que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei nº 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária do Tribunal Superior Eleitoral;

Considerando que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE nº 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;



Considerando que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo acompanhar o planejamento e a preparação das Eleições Municipais de 2024.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);

Junte-se cópia da Orientação Técnica – 01/2024, do Centro de Apoio Operacional Eleitoral-PGJ;

Expeça-se ofício circular, conforme Orientação Técnica 01/2024 do Núcleo Eleitoral, e após encaminhe-se cópia para as seguintes autoridades deste Município: Prefeito Municipal, Vereadores, Procurador-Geral do Município, Secretários Municipais e Chefe do Controle Interno;

Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico do MP (DOMP).

Cumpra-se, com prioridade.

Campo Grande/MS, *data da assinatura digital*.

TATHIANA CORREA PEREIRA DA SILVA
Promotora Eleitoral

Nº MP 08.2023.00097091-2

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Rithely Gonçalves Santos, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0915734-50.2023.8.12.0001, que consta como vítima Rithely Gonçalves Santos, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 23 de maio de 2024.

LUCIANA DO AMARAL RABELO
Promotora de Justiça

Nº MP 08.2023.00097091-2

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Rithely Gonçalves Santos, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0915734-50.2023.8.12.0001, que consta como vítima Rithely Gonçalves Santos, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 23 de maio de 2024.

LUCIANA DO AMARAL RABELO
Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0033/2024/13PJ/CGR**

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2022.00045477-8 em que constam como investigados Gabriel Tavares Sanches, Diego Ricaldi Monge, Rian Enrico Trazzi Acosta e Guilherme Gomes Lemes e vítima Filipe Paliarin Castelluci, conforme se transcreve: “promovo o arquivamento do presente Inquérito Policial diante da ausência de provas do crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor”.

Campo Grande/MS, 23 de maio de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0032/2024/13PJ/CGR

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2021.00076229-8 em que constam como investigado Eres Pereira de Moraes e vítimas Elisangela Terezinha dos Santos e Silveira Franciozi da Silva, conforme se transcreve: “promovo o arquivamento do presente Inquérito Policial diante da ausência de provas dos crimes de ameaça e tentativa de homicídio simples”.

Campo Grande/MS, 23 de maio de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO
Promotor de Justiça

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC.

A 26ª Promotoria de Justiça de Campo Grande torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, firmada nos autos do Inquérito Civil n. 06.2022.0000012-7 e fiscalizado no Procedimento Administrativo n. 09.2024.00003670-1, em defesa do meio ambiente que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, n. 180, Chácara Cachoeira, nesta capital, também disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br>, tendo como compromissária a Elayne Aparecida Serpa Dutra Marques, proprietária da Fazenda Agostinho R3-A.

Objeto do TAC: a) não suprimir, em qualquer extensão, a vegetação nativa da Fazenda Agostinho R3-A, salvo se preencher os requisitos cumulativos do artigo 26 do Código Florestal, quais sejam, cadastro no CAR e prévia autorização do órgão estadual competente do SISNAMA; b) requerer, junto ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul IMASUL, no prazo de até sessenta dias, a inscrição do imóvel Fazenda Agostinho R3-A, acima descrito, no CAR Cadastro Ambiental Rural, visando a comprovação, a instituição, a recuperação ou a regularização da área de reserva legal no percentual especificado na legislação vigente (mínimo de 20% do tamanho real do imóvel), bem como as áreas de preservação permanente e outras áreas protegidas e/ou de uso restrito, e que atenda, no mínimo, as exigências da Lei n. 12.615/2012 (Novo Código Florestal), do Decreto Federal n. 7.830/2012, Decreto Federal n. 1.905/96 e Decreto Estadual n. 13.977/2014; c) à título de indenização por alterar as condições ambientais da Área de Preservação Permanente do Córrego Saltinho, devido a permissão de entrada de animais de produção bovinos e equinos na APP, objeto do Auto de Infração e Multa n. 8600, Laudo de Vistoria n. 194/2021, Relatório Técnico n. 266/2021 e Comunicado n. 168/2021, expedidos pela SEMADUR, compromete-se a doar a quantia de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) à Sociedade de Proteção e Bem-Estar Animal Abrigo dos Bichos, CNPJ: 05.108.286/0001-47, a fim de que seja destinado ao financiamento dos trabalhos desenvolvidos na causa animal, valor esse a ser parcelado em 12 parcelas, sendo a primeira com vencimento no dia 20 de junho e as demais sucessivamente; c) apresentar Plano de Recuperação de Área Degradada e/ou Alterada – PRADA para a APP da Fazenda Agostinho R3A, conforme Laudo de Vistoria 194/2021-UC-GF/GFAV/SUFGA/SEMADUR e Relatório Técnico 266/2021 UC-GFAV/SUFGA/SEMADUR.

Campo Grande, 23 de Maio de 2024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.
Promotora de Justiça.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Vanilda da Silva Pinto a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0917092-16.2024.8.12.0001, em que constam como investigado David de Jesus Oliveira e vítima Vanilda da Silva Pinto, conforme se transcreve: “não obstante, se verifica que os indícios e provas presentes nos autos mostram-se insuficientes para sustentar peça acusatória”.

Campo Grande/MS, 20 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima A. C. V. S. a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0916049-44.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Luciano Aparecido de Souza Dias e vítima A. C. V. S., conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 22 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima G. B. G. da N. a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0847478-55.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Matheus e vítima G. B. G. da N., conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 22 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

1 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

2 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Flávio Henrique Carvalheiro de Souza a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0912669-13.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Flávio Henrique Carvalheiro de Souza e vítima Bruna Ribeiro de Andrade, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 21 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima S. G. A. a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0916176-79.2024.8.12.0001, em que constam como investigado José Francisco Silva Júnior e vítima S. G. A., conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 21 de maio de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

BATAYPORÃ

EDITAL Nº 0021/2024/PJ/BIP**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900139-93.2024.8.12.0027, em que constam como vítimas Hamilton Amadeu e Osmar Henrique Deip Batista, conforme se transcreve: “o Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento do presente Inquérito Policial, com as cautelas do artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Batayporã, 23 de maio de 2024.

FELIPE ALMEIDA MARQUES
Promotor de Justiça.

4 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

6 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



CAMAPUÃ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900342-55.2023.8.12.0006, em que constam como investigado(a/s) Giovanni Bertolucci Alves e vítima(s) Gustavo Moraes Prates Garcia, conforme se transcreve: “Ante o exposto, baseados nas premissas acima expostas e, face à atipicidade da conduta, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento dos presentes autos, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal.”

Camapuã - MS, 24 de maio de 2024.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA
Promotor de Justiça em Subst. Legal

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã/MS, nos termos do disposto no artigo 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0000153-73.2021.8.12.0006, em que constam como investigado(a/s) Edivan José Zabet e vítima(s) Germipasto Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Sementes Ltda, conforme se transcreve: “Ante o exposto, baseados nas premissas acima expostas e, face à ausência de indícios de autoria delitiva, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento dos presentes autos, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal.”

Camapuã - MS, 24 de maio de 2024.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA
Promotor de Justiça em Subst. Legal

CORUMBÁ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0901090-81.2023.8.12.0008, em que constam como investigado J. A. da S. e vítima S. F. da S., conforme se transcreve: “Ante o exposto, à mingua de justa causa para oferecimento de uma denúncia e de modos de obtê-la, O Ministério Público promove o arquivamento do feito”.

Corumbá-MS, 24 de maio de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO
Promotor(a) de Justiça – Em substituição legal

⁷ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁸, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900355-14.2024.8.12.0008, em que constam como investigado J. D. R. P. da S. e vítimas R. M. P.R. e L. T. da P. R., conforme se transcreve: “Desta forma, à mingua de elementos que demonstrem a materialidade da contravenção e de meios de obtê-la, O Ministério Público promove o arquivamento do feito”.

Corumbá-MS, 24 de maio de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO

Promotor(a) de Justiça – Em substituição legal

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 08.2022.00158702-9, 0004326-03.2022.8.12.0008, em que consta como investigado O.S.C. e vítima A. C. N., conforme se transcreve: “carece o feito de justa causa suficiente à promoção da ação penal pública, na medida em que nenhum elemento de informação corrobora a existência das infrações penais veiculadas na investigação policial em tela”

Corumbá, 30 de abril de 2024

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

NOVA ALVORADA DO SUL

EDITAL Nº 0007/2024/PJ/NAAD

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2024.00000469-7.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Eventual cobrança ilegal de honorários advocatícios por parte da Fazenda Pública Municipal sobre débitos fiscais.

Nova Alvorada do Sul/MS, 22 de maio de 2024.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

8 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



PONTA PORÃ

EDITAL N 0004/2024

NOTÍCIA DE FATO N 01.2024.00004448-9

ANEXO III DA RESOLUÇÃO N. 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº. 0003/2024, referentes aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O Prazo é de 5 (cinco) dias, contando da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvos as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Ponta Porã, 24 de Maio de 2024.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

Supervisão das Promotorias de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0004/2024

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça de Ponta Porã-Ms		PROCEDÊNCIA – Órgão Responsável pelo Arquivamento - Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã-MS		
Órgão / Setor 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		Órgão / Setor – SUPERVISÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		
TIPO DOCUMENTAL		JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO				
<p>Classe-200-Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações.</p> <p>Classe-200-Menor Infrator – Ato infracional, parecer, pedido de arquivamento; busca e apreensão; petição inicial; termo de audiência; representação; termo de oitiva; termo de remissão.</p> <p>Classe-200-Procedimento Administrativo de acompanhamento de instituições, destinado a acompanhar e fiscalizar de forma continuada, instituições, como as entidades que prestam acolhimento, institucional,. para criança e adolescentes, instituições voltadas para adolescentes em conflito com a lei; estabelecimentos penais; casa-abrigos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar; unidades policiais; unidades de atendimento ao idoso e demais instituições de assistência social na forma da lei.</p> <p>Classe-100-Termo de Declaração</p> <p>Classe- 100-Diligências: Pareceres técnicos.</p> <p>Classe-200-Procedimento preparatório: procedimento formal. Prévio ao inquérito civil, que visa apurar elemento para identificação dos investigados ou do objeto (art. 9º da Lei n. 7.347/85, art. 2º, paragrafo 4 a 7º. Da resolução CNMP n. 23) .</p> <p>Classe-200-Inquérito civil: procedimento, de natureza unilateral e facultativa, instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução CNMP nº 23). Procedimento de natureza administrativa, instaurado</p>		Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda.	2004	2017



<p>mediante portaria, onde são reunidos oficialmente os documentos produzidos no decurso de uma investigação destinada a constatar desrespeito a direitos constitucionalmente assegurados ao cidadão, dano ao patrimônio público ou social ou a direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis (CF, arts. 127, <i>caput</i>, e 129, II e III) .</p> <p>Classe-000.060.061.061.1-Protocolo: documentos referentes ao controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo.</p> <p>Classe: 100-Denúncia ou aditamento de denúncia.</p> <p>Classe: 100-Relação de remessa de documentos-</p> <p>Classe:200-Manifestações diversas em processos judiciais.</p>			
<p>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Nazira Quintana Hamer – Aux. Administrativo</p> <p>Data do preenchimento:</p> <p>24/05/2024</p>			

RIO NEGRO

EDITAL N.º 0023/2024/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2024.00003144-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fabiana Pereira Machado.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2020.00001113-8, celebrado entre o Ministério Público e os requeridos.

Rio Negro, MS, 07 de maio de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça

SÃO GABRIEL DO OESTE

EDITAL N.º 0017/2024/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2024.00004212-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Cleverson Ramos dos Santos, Viviane dos Santos de Novaes Ramos e Ana Maria da Silva Novaes.

Assunto: Apurar situação de evasão escolar das crianças/adolescentes T.N.R., E.N.R. e A.C.N.F.

São Gabriel do Oeste, MS, 16 de maio de 2024.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 0018/2024/02PJ/SGO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001370-4

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Mario Cesar Nogueira da Silva.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,623 hectares em área remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Belmira, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 008795/2021 e Laudo de Constatação nº 011639/2021.

São Gabriel do Oeste, MS, 07 de maio de 2024.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

EDITAL N.º 0019/2024/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00003887-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de São Gabriel do Oeste/MS.

Assunto: Registrar inspeção em unidades e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua no Município de São Gabriel do Oeste, referente ao ano de 2024

São Gabriel do Oeste, MS, 15 de maio de 2024.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça